

Mercado de trabalho nas regiões do Rio Grande do Sul: uma breve caracterização a partir do desemprego, no ensejo do Censo 2000*

Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho**

Sociólogo da FEE.

Sheila Sara Wagner Sternberg**

Engenheira Química da FEE.

Resumo

*O artigo sistematiza resultados municipalizados do **Censo 2000** relativos à mão-de-obra, recém-divulgados. Regionalizaram-se esses dados segundo a divisão do Rio Grande do Sul em 22 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes). Subsidiariamente, utilizaram-se informações do **Censo de 1991**, do Valor Agregado Bruto (VAB) e da estrutura fundiária dessas regiões. Constatada a forte diversidade desses mercados de trabalho, agruparam-se os Coredes com base em suas taxas de desocupação em 2000. Na comparação com o padrão estadual, as regiões com menor desemprego caracterizaram-se por: menores contingentes e mais baixo crescimento populacional; taxas inferiores de urbanização; participação mais destacada da agropecuária na ocupação e no VAB; maiores percentuais de trabalhadores não remunerados e menores de empregados; pre-*

* Este artigo foi escrito no âmbito do projeto Mercados Regionais de Trabalho no Rio Grande do Sul: Manifestações da Reestruturação Produtiva, financiado pela FAPERGS e desenvolvido pelo Núcleo de Estudos do Trabalho (NET) da FEE, tendo como parceiros docentes da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

** Os autores prestam reconhecimento às contribuições de todos os integrantes dessa equipe pela reflexão coletiva ao longo do estudo, da qual este texto muito se valeu. Agradecem, ainda, a colaboração da estagiária Daiane V. Kuplich na sistematização e no tratamento dos indicadores aqui utilizados e, por fim, os comentários de um(a) parecerista anônimo(a) a quem a revista **Indicadores Econômicos** submeteu este texto. Por razões operacionais, só foi possível incorporar parcialmente suas sugestões, o que, ainda assim, aportou significativo aprimoramento.

sença mais forte dos minifúndios. Já as regiões com mais altas taxas de desocupação apresentaram contrastes em sentido oposto, relativamente ao conjunto do RS, nos mesmos indicadores.

Palavras-chave

Coredes; desemprego; Censo 2000.

Abstract

*This article systemizes the newly released municipal results of the set of labor market statistics of **Demographic Census 2000**. The data was organized according to the regional division of Rio Grande do Sul into 22 **Coredes**. As subside, information of the **1991 Census** were used, as well as the Aggregated Added Value (VAB) and the farm length structure of these regions. The analysis, in its first part, shows some important differences in the labor markets of the Coredes. Then, the Coredes were gathered according to their unemployment indexes in 2000 and compared with the State standard. The regions with lower unemployment taxes are less populated and had lower demographic growth during the 90s; have lower urbanization indexes, a higher participation of agriculture in occupational structure and in VAB, higher percentage of non remunerated workers and a lower percentage of employees, and a stronger presence of small estates. The regions that have the highest unemployment taxes showed contrasts in the opposite direction, regarding the same indexes, relatively to Rio Grande do Sul as a whole.*

Os originais deste artigo foram recebidos
por esta Editoria em 30.06.03.

1 - Introdução

A diversidade regional, no nível intra-estadual, tem sido crescentemente reconhecida e incorporada às estratégias de planejamento e de intervenção. Especificamente no que diz respeito aos mercados de trabalho, o esforço de conhecer as especificidades estruturais e de monitorar as dinâmicas dessas diferentes formações sociais se ressentia da escassez de indicadores tempestivos, com representatividade estatística no nível dos municípios ou, ao menos, das

regiões. No Rio Grande do Sul, acompanhamentos regulares da conjuntura do mercado de trabalho acabam por ocorrer apenas no nível do agregado estadual ou da Região Metropolitana de Porto Alegre. Para estudos com outros recortes territoriais, é importante ressaltar, conta-se com as valiosas bases estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que, no entanto, se restringem ao segmento dos trabalhadores com vínculos formalizados de emprego, situação que, em algumas regiões do Rio Grande do Sul, corresponde a menos de 10% do total de ocupados (Xavier Sobrinho, 2002) — para não se falar da insuficiência dessa fonte para apreender a dimensão da oferta de trabalho, o desemprego, etc.

Por essa razão, cada nova edição do **Censo Demográfico** do IBGE se constitui em uma rara oportunidade de averiguar as condições dos mercados de trabalho em recortes territoriais definidos com maior grau de liberdade. As pesquisas do NET-FEE vêm utilizando a regionalização do Estado em Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes)¹, e, tendo em vista a recente divulgação, pelo IBGE, de uma parcela significativa das tabulações do **Censo 2000** referentes à mão-de-obra em nível de municípios, realizou-se uma agregação desses dados a partir daquela unidade territorial, para produzir um quadro o mais recente possível da realidade do trabalho nas regiões do Rio Grande do Sul.

As mudanças implementadas na metodologia do **Censo**, entre suas edições de 1991 e 2000, limitaram as possibilidades de uma análise da evolução desses mercados regionais de trabalho ao longo da década de 90 — período de transformações reconhecidamente profundas. As alterações no levantamento dizem respeito, fundamentalmente, ao tempo de exercício de trabalho remunerado — 12 meses ou parte deles em 1991 e a semana de referência em 2000 — e ao número de horas trabalhadas pelos não-remunerados — mínimo de 15 horas semanais em 1991 e mínimo de 1 hora semanal em 2000 — para que os indivíduos sejam considerados ocupados; quanto aos desocupados, afeta o período sem trabalho e o tempo de procura efetiva de emprego — 12 meses e 2 meses em 1991 e a semana de referência e 30 dias em 2000.

Assim sendo, a análise empreendida enfoca, de maneira mais detida, os resultados do **Censo 2000** — ainda que, sempre que possível, tome os dados de

¹ Os Coredes foram criados em novembro de 1991 e oficializados por lei estadual em 1994. São aqui tomados apenas como critério de divisão territorial do Estado.

1991 como referência —, utilizando as taxas de desocupação² como eixo organizador das comparações inter-regionais.

A primeira parte do texto contempla a análise de variáveis demográficas — evolução da população total e das taxas de urbanização — e daquelas mais diretamente relacionadas ao mercado de trabalho — taxas de participação, distribuição dos ocupados por posição na ocupação e por setores de atividade e taxas de desocupação —, além de trazer considerações a respeito da estrutura setorial do Valor Agregado Bruto (VAB) regional e de sua evolução na década para os 22 Coredes que compõem o RS. Em cada um desses indicadores, tomam-se como parâmetros, para apreender as posições relativas das regiões, e o grau de homogeneidade ou heterogeneidade entre elas, não apenas os resultados obtidos para o agregado estadual (que equivaleria a uma média ponderada), mas também a média aritmética das 22 regiões. A utilização da média aritmética evita que as regiões de maior peso no conjunto do Estado “contaminem” excessivamente o resultado, como ocorre no agregado, em cujo desempenho se pulveriza o efeito das regiões menores. Considerou-se que ambas as referências se complementam: no tratamento do agregado, tem-se respeitada a proporcionalidade das regiões no quadro do Estado, ao passo que, na média aritmética, a multiplicidade de realidades regionais pode emergir independentemente da ponderação que cada Corede ostente.

A seguir, tendo como referência os valores da taxa de desocupação em 2000, formam-se três grupos de Coredes, arbitrando-se que, no primeiro, ficam as seis regiões com taxas de desocupação inferiores a dois terços da taxa do agregado estadual; no segundo estão as 10 regiões cujas taxas ficavam compreendidas entre dois terços e o valor da taxa do agregado estadual; e, no terceiro grupo, encontram-se as demais seis regiões, nas quais a taxa de desocupação superava a do agregado estadual. Nesse momento, a análise retoma os indicadores abordados na primeira parte, dessa vez organizados conforme a referida estratificação, com vistas a verificar a existência de características semelhantes entre as regiões de cada grupo, bem como contrastes significativos entre estes.

Por fim, nas conclusões, recuperam-se os principais resultados, reforçando-se a idéia da grande diversidade regional encontrada.

² Visando a uma maior precisão, o conceito de “desocupação” tem sido utilizado em lugar da tradicional noção de desemprego, sem que se altere substancialmente o fenômeno aludido: a rigor, desemprego poderia ser entendido como ausência de um vínculo de trabalho assalariado (emprego); já a desocupação evoca a falta de trabalho (ocupação) em sentido amplo, quer seja ele assalariado, quer seja autônomo, não remunerado, etc.

2 - A diversidade dos mercados de trabalho nas regiões do Estado

O **Censo 2000** evidencia diferenças importantes entre os 22 Coredes que compõem o Rio Grande do Sul (Tabela 1). No que diz respeito à evolução demográfica, no período 1991-00, duas situações distintas podem ser identificadas: de um lado, quatro regiões com queda de população, e, de outro, as demais 18, que, seguindo a tendência do agregado estadual, exibiram crescimento da população residente.³ Os Coredes Fronteira Noroeste, Missões, Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai foram os que apresentaram diminuição de população, com taxas compreendidas entre -0,4% no Fronteira Noroeste e -7,5% no Médio Alto Uruguai, situação distinta do agregado estadual, que teve crescimento de 11,4%, que caracteriza essas regiões como expulsoras de população. Nas demais regiões, todas com aumento populacional compreendido entre 1,7% no Nordeste e 29,7% no Paranhana, as diferentes magnitudes de variação configuram um quadro de heterogeneidade entre os Coredes. Em sete deles (Paranhana, Litoral, Serra, Vale do Caí, Hortênsias, Vale do Rio dos Sinos e Metropolitano Delta do Jacuí), a variação positiva superou a do agregado estadual (11,4%), identificando tais regiões como de atração populacional. Nas demais 11 regiões (Vale do Taquari, Sul, Centro-Sul, Produção, Fronteira Oeste, Vale do Rio Pardo, Central, Campanha, Norte, Alto Jacuí e Nordeste), a variação positiva ficou abaixo daquela do agregado do Rio Grande do Sul.

Traço comum em praticamente todas as regiões e no agregado estadual foi o avanço do processo de urbanização, que se expressa no aumento da participação da população urbana em relação à população total de cada uma das regiões.⁴ Ainda que em 2000, comparativamente a 1991, as ponderações da população urbana em relação à população total dos Coredes se mostrem mais homogêneas (coeficientes de variação de 0,17 e 0,23 respectivamente), é possível identificarem-se diferenças importantes na participação da população urbana nos diferentes espaços regionais. Em seis regiões (Vale do Rio dos Sinos, Me-

³ As variações populacionais aqui apresentadas tomam por base os dados de 1991 recalculados e publicados junto à **Sinopse Preliminar do Censo 2000** (os quais compatibilizam a divisão territorial daquele ano com a deste). Esse ajuste realizado pelo IBGE restringe-se aos contingentes populacionais, de modo que as variáveis de mercado de trabalho, como PEA, PIA, etc., não incorporam tal correção.

⁴ A única exceção é o Corede Metropolitano Delta do Jacuí, no qual a população urbana teve pequena queda em sua participação (1 ponto percentual). Considere-se que essa região era a mais urbanizada em 1991 e que em 2000, na segunda posição, atingia nada menos do que 95,5% de taxa de urbanização.

tropolitano Delta do Jacuí, Fronteira Oeste, Paranhana, Serra e Sul), a ponderação da população urbana superava a do agregado estadual (81,6%), sendo o Corede Vale do Rio dos Sinos o que ostentava o maior percentual de população urbana (97,8%), enquanto o Médio Alto Uruguai, com a menor relação entre população urbana e total (43,9%), era o único em que a população urbana era minoritária.

Ao se proceder a análise das variáveis relacionadas ao mercado de trabalho, uma vez mais, observam-se diferenças significativas no comportamento dos 22 Coredes. Para essas variáveis, o tratamento em termos evolutivos, entre 1991 e 2000, não pode ser feito, já que foram introduzidas mudanças metodológicas que alteraram a definição de diversas variáveis, prejudicando a sua comparação, conforme salientado anteriormente.

A taxa de participação mostrou valores bastante homogêneos para os Coredes tanto em 1991 como em 2000, percebendo-se, no período, uma leve diminuição no coeficiente de variação (CV), que passou de 0,08 para 0,07. Tanto em 1991 como em 2000, o Corede Campanha era o que ostentava a menor taxa de participação, com valores de 49,9% e de 53,3% respectivamente. Ao final do período, o Médio Alto Uruguai era o que detinha a maior taxa de participação (68,6%), encontrando-se, nesse ano, 12 regiões (Hortênsias, Vale do Rio dos Sinos, Produção, Vale do Caí, Vale do Rio Pardo, Norte, Noroeste Colonial, Serra, Paranhana, Vale do Taquari, Fronteira Noroeste e Médio Alto Uruguai) nas quais a taxa de participação superava a do agregado estadual (61,2%).⁵

No que diz respeito à distribuição setorial da ocupação, observa-se que, tanto em 1991 como em 2000, o Setor Terciário tinha significativa participação na ocupação de todos os Coredes, apresentando, além disso, ponderações com o menor grau de dispersão dentre os setores, o que pode ser visto através dos coeficientes de variação que exibiram sempre os menores valores, comparativamente aos dos Setores Secundário e Primário.

Em 2000, comparativamente a 1991, encontra-se uma maior homogeneidade da participação do Terciário na ocupação dos diversos Coredes (CV de 0,25 e de 0,28 respectivamente) e uma elevação de sua participação média, que passa de 44,0% para 48,7%, mantendo, ainda assim, o diferencial em relação à participação do setor no agregado estadual, que avançou de 51,1% para 55,5% no período. Nos Coredes, em 2000, a participação do Terciário na ocupação oscilou entre 29,9% no Médio Alto Uruguai e 77,7% no Metropolitano Delta do Jacuí.

⁵ Em 1991, das regiões destacadas, apenas Hortênsias tinha taxa de participação inferior à do agregado estadual.

Em mais da metade dos Coredes — 12 em 1999 e 16 em 2000 —, o Setor Terciário era o que detinha a maior parcela dos ocupados. Ao final do período, além daqueles Coredes que já em 1991 concentravam a maior parte de seus ocupados no Terciário (Alto Jacuí, Campanha, Central, Centro Sul, Fronteira Oeste, Hortênsias, Litoral, Metropolitano Delta do Jacuí, Produção e Sul), passaram também a fazer parte desse grupo Missões, Nordeste, Serra, Vale do Caí, Vale do Taquari e Vale do Rio dos Sinos.⁶ Nesses 16 Coredes, em 2000, o peso do Terciário ia de 37,4% no Vale do Taquari a 77,7% no Metropolitano Delta do Jacuí. Ainda que, em todas essas regiões, o Terciário abarcasse a maior parte dos ocupados, é possível identificar duas situações distintas. Num primeiro subgrupo, formado pelos Coredes Alto Jacuí, Campanha, Central, Fronteira Oeste, Litoral, Metropolitano Delta do Jacuí, Produção, Sul e Vale do Rio dos Sinos, o Setor Terciário respondia, assim como no conjunto do RS, por mais de 50% da ocupação, destacando-se que, no Campanha, no Central, no Fronteira Oeste, no Metropolitano Delta do Jacuí e no Sul, a participação do Terciário na ocupação superava a do agregado do estadual (55,5%). No outro subgrupo, encontravam-se o Centro-Sul, o Hortênsias, o Missões, o Nordeste, o Serra, o Vale do Caí e o Vale do Taquari, nos quais o Terciário absorvia a maior parcela de ocupados, sem, contudo, ser majoritário.

O Setor Primário, ao contrário do Terciário, experimentou, no período 1991-00, diminuição em sua participação média na ocupação dos Coredes, passando de 32,6% para 28,0%, mantendo-se, ainda assim, acima do patamar estadual, que caiu de 23,7% para 20,1% no mesmo período. As ponderações desse setor nos diferentes Coredes que, nos dois anos analisados, mostraram praticamente o mesmo grau de dispersão — CV de 0,51 e 0,53 respectivamente — em 2000 ficaram compreendidas entre 1,5% no Vale do Rio dos Sinos e 59,9% no Médio Alto Uruguai.

Em 1991, esse setor, que, de maneira geral, tinha maior expressão nas regiões com menor grau de urbanização, concentrava a maior parcela de ocupados em oito regiões (Fronteira Oeste, Médio Alto Uruguai, Missões, Nordeste, Noroeste Colonial, Norte, Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari). Em 2000, era o de maior significado na ocupação em apenas cinco Coredes: o Fronteira Noroeste, o Médio Alto Uruguai, o Noroeste Colonial, o Norte e o Vale do Rio Pardo.

⁶ Em 1991, nos Coredes Missões, Nordeste e Vale do Taquari, a maior parte dos ocupados encontrava-se no Setor Primário; no Serra e no Vale do Rio dos Sinos, era o Setor Secundário que absorvia a maior parcela dos ocupados; e, por fim, no Vale do Caí, o Setor Terciário aparecia com a mesma ponderação que o Secundário (35,4%).

Nessas regiões, em 2000, o peso do Primário ficava compreendido entre 40,8% no Norte e 59,9% no Médio Alto Uruguai, sendo majoritário apenas nesta última região.

O Setor Secundário foi o que, dentre os três setores, respondeu, na maior parte das regiões, pela menor parcela de ocupados, com valores que, em 2000, estiveram entre 10,2% no Médio Alto Uruguai e 58,9% no Paranhana. Esse setor foi o único a manter a média de participação praticamente constante (em torno de 23%), em que pese ter havido uma maior homogeneidade de valores em 2000 comparativamente a 1991, conforme atestam os coeficientes de variação, que foram de 0,52 e de 0,57 respectivamente. Nos dois momentos, a participação média do setor ficou um pouco abaixo daquela do congênere estadual, que marcou 25,2% em 1991 e 24,4% em 2000.

Em 1991, somente nos Coredes Paranhana, Serra e Vale do Rio dos Sinos o Secundário era o que absorvia a maior parcela de ocupados.⁷ Em 2000, apenas o Paranhana mantinha a maior concentração de ocupados no Secundário, com ponderação de 58,9%, mais do que o dobro da verificada no nível estadual.

De maneira geral, existem relações claramente reconhecíveis entre a distribuição setorial da ocupação e a distribuição por posição na ocupação. Uma das situações bastante evidente é que regiões com significativo peso do Setor Primário na ocupação tendem a ter alta participação de trabalhadores não remunerados e menor participação de empregados.⁸

Os empregados aumentaram sua participação na maioria das regiões, atingindo, em 2000, participação média de 57,1%, valor abaixo do observado no agregado estadual (61,7%). Nesse ano, o CV da participação dos empregados entre as regiões era de 0,19. O Médio Alto Uruguai era o que detinha o menor percentual de empregados (31,3%), enquanto o Vale do Rio dos Sinos, com 76,0% de empregados, era o que apresentava a maior participação dessa categoria. Também eram essas duas regiões as que detinham a maior e a menor ponderação de não-remunerados, dessa vez com o ordenamento inverso: 29,6% e 0,8% respectivamente.

A participação dos não-remunerados, que, na maioria das regiões, recuou no período analisado, foi menos homogênea do que a dos empregados (CV de 0,82), atingindo, em 2000, participação média de 9,7% no conjunto dos 22 Coredes, um pouco acima da participação no agregado do RS, que, no mesmo ano, foi de 7,0%.

⁷ Além dessas regiões, pode-se considerar, ainda, o Vale do Caí, no qual o Secundário e o Terciário detinham fatias iguais da ocupação (35,4%).

⁸ Em 1991, no Rio Grande do Sul, 93,3% dos ocupados sem remuneração trabalhavam no Setor Primário.

Os dados a respeito da distribuição setorial da ocupação deixam clara a importância do Terciário para grande parte dos Coredes. Também em relação à distribuição setorial do VAB, evidencia-se o destacado papel do Terciário para as economias regionais.

O Terciário foi o único setor a apresentar crescimento do VAB em todas as regiões, o menor no Noroeste Colonial (3,2%) e o maior no Paranhana (66,5%), atingindo uma variação média de 26,1%, pouco superior à do agregado do RS, que foi de 25,0%. Comparativamente aos demais setores, o Terciário evidenciou o menor percentual médio de crescimento, com um comportamento mais homogêneo nas regiões (CV de 0,58 contra 1,05 no Primário e 1,52 no Secundário). Ao final do período, esse setor, que já em 1991 respondia por parcela significativa do VAB de todas as regiões, aumentou sua participação na maior parte delas – as exceções foram o Centro-Sul, o Nordeste, o Norte, o Fronteira Noroeste, o Noroeste Colonial e o Produção, os três primeiros com queda de menos de 1 ponto percentual, e os demais com retração de, no máximo, 4 pontos percentuais. Em 2000, a participação do Terciário no VAB regional mostrava maior grau de homogeneidade do que a dos demais setores (CV de 0,21 no Terciário, 0,55 no Primário e 0,64 no Secundário), assumindo valores que iam de 33,9% a 77,2% do VAB total nos Coredes Serra e Litoral respectivamente. Nesse ano, em 16 Coredes (Alto Jacuí, Campanha, Central, Centro-Sul, Fronteira Noroeste, Fronteira Oeste, Hortênsias, Litoral, Médio Alto Uruguai, Metropolitano Delta do Jacuí, Missões, Nordeste, Noroeste Colonial, Norte, Produção e Sul), o Setor Terciário era o que detinha a maior parcela do VAB regional, sendo que, em apenas dois deles – Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial –, a ponderação do Terciário não era majoritária. Observe-se que a maioria dessas regiões tinha também a maior parte dos ocupados alocados no Terciário, conforme visto anteriormente.⁹

No Secundário, a variação do VAB na média das regiões foi bem inferior à registrada no agregado estadual — 31,3% e 43,0% respectivamente —, situando-se pouco abaixo da variação média do Setor Primário (34,0%) e acima da variação do Terciário (26,1%). Seis regiões (Campanha, Fronteira Oeste, Central, Médio Alto Uruguai, Hortênsias e Litoral) sofreram queda no VAB do Secundário, a maior no Litoral (-81,5%) e a menor na Campanha (-5,4%), enquanto, nas demais, o crescimento do VAB Secundário ficou entre 2,0% no Alto Jacuí e 117,0% no Produção, evidenciando-se uma significativa dispersão, a maior den-

⁹ As exceções eram o Fronteira Noroeste, o Médio Alto Uruguai e o Norte, que tinham a maior parte dos ocupados no Primário; e o Paranhana, no qual o Secundário detinha o maior contingente de ocupados.

tre os setores analisados (CV de 1,52). Em 2000, a participação do VAB do Secundário no VAB total apresentou queda em várias regiões, ficando seu valor compreendido entre 2,9% no Médio Alto Uruguai e 63,0% no Vale do Rio dos Sinos, exibindo maior heterogeneidade de valores (CV de 0,64) do que os demais setores. Nesse ano, em seis Coredes, o Setor Secundário era o que detinha a maior participação no VAB regional — Paranhana, Serra, Vale do Caí, Vale do Rio dos Sinos, Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari. Destes, fazendo-se um cotejo com os dados de ocupação, observa-se que apenas o Paranhana tinha a maioria de seus ocupados no Secundário.

O Setor Primário teve variação compreendida entre -21,0% no Metropolitano Delta do Jacuí e 122,3% no Paranhana,¹⁰ com uma média de 34,0% no conjunto das 22 regiões, valor acima do congênere estadual, que teve variação de 31,2%. Ao final do período, em que pese a variação expressiva do VAB primário em várias regiões, sua participação no VAB total permanecia abaixo daquela dos Setores Secundário e Terciário. Ainda assim, em algumas regiões, o Setor Primário detinha parcela expressiva do VAB, destacando-se, dentre estas, aquelas nas quais a maior parcela dos ocupados estava alocada nesse setor. Em 2000, a participação do Setor Primário no VAB total teve seu valor mínimo no Vale do Rio dos Sinos (0,23%) e o máximo no Médio Alto Uruguai (43,3%), com uma participação média no conjunto dos Coredes de 20,6%, bastante acima da participação do setor no agregado estadual, que foi de 11,9%.

Retomando-se a análise das variáveis do **Censo 2000** e considerando-se, por fim, a taxa de desocupação, constata-se que, em 2000, as taxas regionais apresentaram um maior grau de convergência do que em 1991, como mostram os coeficientes de variação, que foram de 0,30 e de 0,41 respectivamente. Ainda assim, a taxa de desocupação do Médio Alto Uruguai (5,3%), a menor dentre todos os Coredes, era um terço da exibida pelo Fronteira Oeste (16,8%), que detinha o maior valor. O conjunto das 22 regiões atingiu, em 2000, uma taxa média de desocupação de 10,5%, abaixo, portanto, da do agregado estadual, que alcançou 12,2%.

¹⁰ É preciso lembrar que, nesses Coredes, a participação do VAB primário é muito pequena.

Tabela 1

Indicadores selecionados do mercado de trabalho, da estrutura produtiva dos Coredes e de grupos de Coredes em anos e períodos selecionados

(%)

DISCRIMINAÇÃO	PARTICIPAÇÃO NA POPULAÇÃO DO RS		PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA		VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL 1991-00
	1991	2000	1991	2000	
Médio Alto Uruguai.....	2,07	1,81	30,77	43,87	-7,47
Vale do Taquari.....	3,15	3,14	54,20	65,45	10,80
Fronteira Noroeste.....	2,27	2,07	52,73	61,07	-0,35
Paranhana-Encosta da Serra.....	1,45	1,84	83,03	86,46	29,74
Vale do Rio Pardo.....	4,20	4,07	49,53	58,16	8,73
Hortênsias.....	1,21	1,23	67,09	75,10	17,56
Média do Grupo 1.....	2,39	2,36	56,22	65,02	9,84
Desvio padrão do Grupo 1.....	1,02	0,96	16,05	13,36	11,98
CV do Grupo 1	0,43	0,40	0,29	0,21	1,22
Vale do Caí.....	1,39	1,48	57,77	70,82	19,18
Norte.....	2,25	2,09	53,96	65,61	3,71
Nordeste.....	1,90	1,73	56,29	65,21	1,68
Noroeste Colonial.....	3,49	3,05	55,12	62,49	-2,50
Serra.....	6,64	7,29	77,50	82,72	21,09
Alto Jacuí.....	2,03	1,90	69,09	74,74	3,26
Missões.....	2,97	2,61	57,23	63,55	-0,96
Central.....	6,60	6,35	72,74	77,35	8,21
Produção.....	4,96	4,70	67,43	77,11	9,07
Centro-Sul.....	2,23	2,26	65,39	70,98	9,38
Média do Grupo 2.....	3,45	3,35	63,25	71,06	7,21
Desvio padrão do Grupo 2.....	1,85	1,95	7,85	6,48	7,51
CV do Grupo 2.....	0,54	0,58	0,12	0,09	1,04
Litoral.....	2,38	2,75	68,12	76,49	28,54
Vale do Rio dos Sinos.....	11,25	11,72	95,87	97,85	17,20
Sul.....	8,35	8,18	77,94	82,40	9,49
Campanha.....	2,19	2,11	74,71	75,37	6,16
Metropolitano Delta do Jacuí.....	21,53	22,20	96,50	95,54	15,14
Fronteira Oeste.....	5,49	5,40	86,28	89,28	8,91
Média do Grupo 3.....	8,53	8,73	83,24	86,15	14,24
Desvio padrão do Grupo 3.....	6,63	6,85	10,60	8,74	7,42
CV do Grupo 3.....	0,78	0,78	0,13	0,10	0,52
TOTAL DO RS (AGREGADO).....	100,00	100,00	76,56	81,65	11,44
Média dos 22 Coredes.....	4,55	4,55	66,79	73,53	9,84
Desvio padrão dos 22 Coredes....	4,47	4,63	15,45	12,43	9,39
CV dos 22 Coredes.....	0,98	1,02	0,23	0,17	0,95

(continua)

Tabela 1

Indicadores selecionados do mercado de trabalho, da estrutura produtiva dos
Coredes e de grupos de Coredes em anos e períodos selecionados (%)

DISCRIMINAÇÃO	TAXA DE PARTICIPAÇÃO		TAXA DE DESOCUPAÇÃO	
	1991	2000	1991	2000
Médio Alto Uruguai.....	58,94	68,58	1,98	5,70
Vale do Taquari.....	66,13	68,01	1,24	6,25
Fronteira Noroeste.....	62,43	68,45	2,22	7,31
Paranhan-Encosta da Serra.....	64,36	67,88	4,15	7,62
Vale do Rio Pardo.....	63,85	65,01	1,55	7,75
Hortênsias.....	56,12	61,27	3,54	7,82
Média do Grupo 1.....	61,97	66,53	2,45	7,08
Desvio padrão do Grupo 1.....	3,42	2,64	1,05	0,81
CV do Grupo 1.....	0,06	0,04	0,43	0,11
Vale do Caí.....	58,48	64,94	2,71	8,07
Norte.....	64,18	65,80	1,51	8,26
Nordeste.....	56,06	59,43	3,41	8,35
Noroeste Colonial.....	57,25	65,91	2,67	8,82
Serra.....	62,48	66,60	2,00	9,28
Alto Jacuí.....	54,71	58,72	2,68	10,63
Missões.....	54,51	60,11	3,52	10,82
Central.....	51,53	56,71	3,17	11,81
Produção.....	57,12	62,16	3,04	11,85
Centro-Sul.....	52,37	57,89	3,06	11,98
Média do Grupo 2.....	56,87	61,83	2,78	9,99
Desvio padrão do Grupo 2.....	3,84	3,54	0,59	1,52
CV do Grupo 2.....	0,07	0,06	0,21	0,15
Litoral.....	52,95	59,47	3,47	12,65
Vale do Rio dos Sinos.....	58,17	61,31	4,11	13,74
Sul.....	53,32	55,90	4,03	15,00
Campanha.....	49,88	53,26	7,34	15,25
Metropolitano Delta do Jacuí.....	55,10	60,28	4,45	15,85
Fronteira Oeste.....	51,09	56,39	4,30	16,85
Média do Grupo 3.....	53,42	57,77	4,62	14,89
Desvio padrão do Grupo 3.....	2,70	2,81	1,26	1,37
CV do Grupo 3.....	0,05	0,05	0,27	0,09
TOTAL DO RS (AGREGADO).....	56,63	61,15	3,42	12,21
Média dos 22 Coredes.....	57,32	62,00	3,19	10,53
Desvio padrão dos 22 Coredes...	4,69	4,50	1,29	3,21
CV dos 22 Coredes.....	0,08	0,07	0,41	0,30

(continua)

Tabela 1

Indicadores selecionados do mercado de trabalho, da estrutura produtiva dos
Coredes e de grupos de Coredes em anos e períodos selecionados

(%)

DISCRIMINAÇÃO	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO			
	Empregados/Ocupados		Não-Remunerados/Ocupados	
	1991	2000	1991	2000
Médio Alto Uruguai.....	26,68	31,33	29,52	29,58
Vale do Taquari.....	48,50	54,31	17,94	10,74
Fronteira Noroeste.....	37,94	41,47	26,26	24,32
Paranhana-Encosta da Serra.....	70,89	73,75	2,55	1,86
Vale do Rio Pardo.....	43,24	46,05	23,79	19,66
Hortênsias.....	64,07	67,13	2,54	2,08
Média do Grupo 1.....	48,55	52,34	17,10	14,70
Desvio padrão do Grupo 1.....	15,05	14,61	10,86	10,63
CV do Grupo 1.....	0,31	0,28	0,63	0,72
Vale do Caí.....	58,61	60,48	6,90	5,47
Norte.....	37,29	46,64	28,31	20,82
Nordeste.....	48,45	52,59	13,82	12,67
Noroeste Colonial.....	44,01	45,06	19,28	18,07
Serra.....	65,40	65,25	5,42	5,26
Alto Jacuí.....	54,07	57,06	10,57	6,08
Missões.....	47,67	49,07	12,91	12,89
Central.....	58,18	57,55	7,80	6,15
Produção.....	51,09	57,47	14,60	7,65
Centro-Sul.....	56,52	54,56	12,10	12,09
Média do Grupo 2.....	52,13	54,57	13,17	10,72
Desvio padrão do Grupo 2.....	7,74	6,00	6,37	5,25
CV do Grupo 2.....	0,15	0,11	0,48	0,49
Litoral.....	53,75	57,36	3,05	5,43
Vale do Rio dos Sinos.....	77,15	75,99	0,52	0,83
Sul.....	59,61	57,72	7,43	7,04
Campanha.....	68,73	67,22	0,89	2,26
Metropolitano Delta do Jacuí.....	73,83	71,66	0,50	1,00
Fronteira Oeste.....	69,48	67,54	0,90	2,35
Média do Grupo 3.....	67,09	66,25	2,22	3,15
Desvio padrão do Grupo 3.....	8,05	6,81	2,49	2,30
CV do Grupo 3.....	0,12	0,10	1,12	0,73
TOTAL DO RS (AGREGADO)...	60,92	61,73	8,28	7,02
Média dos 22 Coredes.....	55,23	57,15	11,25	9,74
Desvio padrão dos 22 Coredes	12,71	10,91	9,25	7,99
CV dos 22 Coredes.....	0,23	0,19	0,82	0,82

(continua)

Tabela 1

Indicadores selecionados do mercado de trabalho, da estrutura produtiva dos
Coredes e de grupos de Coredes em anos e períodos selecionados

(%)

DISCRIMINAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DA OCUPAÇÃO EM 1991			DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DA OCUPAÇÃO EM 2000		
	Primário	Secun- dário	Terciário	Primário	Secun- dário	Terciário
Médio Alto Uruguai.....	66,20	9,18	24,63	59,86	10,23	29,91
Vale do Taquari.....	40,36	28,32	31,32	32,54	30,08	37,38
Fronteira Noroeste.....	52,78	11,83	35,39	47,15	13,54	39,31
Paranhana-Encosta da Serra.....	12,66	60,31	27,03	9,18	58,92	31,90
Vale do Rio Pardo.....	50,84	20,53	28,63	46,35	18,96	34,69
Hortênsias.....	24,37	35,62	40,01	17,59	34,71	47,71
Média do Grupo 1.....	41,20	27,63	31,17	35,45	27,74	36,82
Desvio padrão do Grupo 1.....	18,03	17,19	5,20	17,65	16,39	5,80
CV do Grupo 1	0,44	0,62	0,17	0,50	0,59	0,16
Vale do Caí.....	29,17	35,42	35,41	23,62	36,54	39,84
Norte.....	51,95	14,97	33,08	40,83	19,25	39,92
Nordeste.....	46,57	13,91	39,52	41,66	16,43	41,91
Noroeste Colonial.....	48,85	12,28	38,87	45,01	13,45	41,54
Serra.....	15,91	42,81	41,28	14,43	39,81	45,76
Alto Jacuí.....	34,77	14,19	51,04	29,46	15,85	54,69
Missões.....	45,65	10,49	43,87	39,35	11,99	48,66
Central.....	28,99	13,96	57,05	26,47	15,30	58,23
Produção.....	35,95	15,85	48,20	24,90	20,67	54,43
Centro-Sul.....	37,51	21,62	40,87	35,08	19,44	45,48
Média do Grupo 2.....	37,53	19,55	42,92	32,08	20,87	47,04
Desvio padrão do Grupo 2.....	10,51	10,29	6,95	9,33	9,05	6,36
CV do Grupo 2.....	0,28	0,53	0,16	0,29	0,43	0,14
Litoral.....	24,07	26,02	49,91	19,15	25,67	55,18
Vale do Rio dos Sinos.....	1,82	50,39	47,79	1,49	43,50	55,01
Sul.....	27,41	18,66	53,93	24,50	16,24	59,26
Campanha.....	20,99	19,11	59,91	18,35	17,32	64,33
Metropolitano Delta do Jacuí	1,75	23,53	74,72	1,75	20,58	77,67
Fronteira Oeste.....	18,82	15,66	65,53	17,14	14,24	68,62
Média do Grupo 3.....	15,81	25,56	58,63	13,73	22,92	63,35
Desvio padrão do Grupo 3.....	10,26	11,61	9,34	8,87	9,90	8,03
CV do Grupo 3.....	0,65	0,45	0,16	0,65	0,43	0,13
TOTAL DO RS (AGREGADO)....	23,66	25,22	51,12	20,09	24,42	55,49
Média dos 22 Coredes.....	32,61	23,39	44,00	27,99	23,31	48,70
Desvio padrão dos 22 Coredes	16,60	13,35	12,53	14,97	12,05	11,97
CV dos 22 Coredes.....	0,51	0,57	0,28	0,53	0,52	0,25

(continua)

Tabela 1

Indicadores selecionados do mercado de trabalho, da estrutura produtiva dos Coredes e de grupos de Coredes em anos e períodos selecionados

(%)

DISCRIMINAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DO VAB EM 1990			DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DO VAB EM 2000		
	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário
Médio Alto Uruguai.....	41,22	6,59	52,19	43,26	2,88	53,86
Vale do Taquari.....	13,09	54,35	32,57	16,81	47,31	35,88
Fronteira Noroeste.....	26,47	24,81	48,72	24,80	29,99	45,20
Paranhana-Encosta da Serra.....	2,69	67,00	30,31	3,68	60,92	35,39
Vale do Rio Pardo.....	16,93	49,88	33,19	16,39	47,94	35,67
Hortênsias.....	12,27	46,63	41,11	16,51	25,92	57,57
Média do Grupo 1.....	18,78	41,54	39,68	20,24	35,83	43,93
Desvio padrão do Grupo 1.....	12,25	20,04	8,37	12,01	18,82	9,06
CV do Grupo 1.....	0,65	0,48	0,21	0,59	0,53	0,21
Vale do Caí.....	19,72	43,19	37,09	13,30	45,94	40,76
Norte.....	28,55	21,44	50,01	25,77	25,02	49,21
Nordeste.....	36,78	11,46	51,76	41,07	8,13	50,80
Noroeste Colonial.....	27,82	14,40	57,78	30,16	15,08	54,76
Serra.....	7,29	59,80	32,91	9,84	56,22	33,93
Alto Jacuí.....	30,86	15,72	53,42	29,68	12,37	57,95
Missões.....	38,70	7,36	53,94	34,16	7,21	58,63
Central.....	27,85	16,57	55,58	25,43	10,56	64,01
Produção.....	24,78	20,22	55,00	22,95	26,19	50,87
Centro-Sul.....	17,76	30,52	51,72	19,61	29,25	51,14
Média do Grupo 2.....	26,01	24,07	49,92	25,20	23,60	51,21
Desvio padrão do Grupo 2.....	8,79	15,37	7,80	8,89	15,75	8,30
CV do Grupo 2.....	0,34	0,64	0,16	0,35	0,67	0,16
Litoral.....	10,72	52,34	36,94	13,13	9,72	77,15
Vale do Rio dos Sinos.....	0,39	66,14	33,48	0,23	63,04	36,73
Sul.....	12,61	41,76	45,63	13,30	34,07	52,62
Campanha.....	19,26	26,33	54,41	23,74	18,37	57,88
Metropolitano Delta do Jacuí	1,49	45,74	52,77	0,85	44,46	54,69
Fronteira Oeste.....	27,12	23,77	49,10	29,33	12,21	58,46
Média do Grupo 3.....	11,93	42,68	45,39	13,43	30,31	56,26
Desvio padrão do Grupo 3.....	9,39	14,60	7,78	10,74	19,06	11,84
CV do Grupo 3.....	0,79	0,34	0,17	0,80	0,63	0,21
TOTAL DO RS (AGREGADO)....	12,08	44,01	43,92	11,95	40,97	47,08
Média dos 22 Coredes.....	20,20	33,91	45,89	20,64	28,76	50,60
Desvio padrão dos 22 Coredes	11,60	18,87	9,01	11,42	18,30	10,63
CV dos 22 Coredes.....	0,57	0,56	0,20	0,55	0,64	0,21

(continua)

Tabela 1

Indicadores selecionados do mercado de trabalho, da estrutura produtiva dos
Coredes e de grupos de Coredes em anos e períodos selecionados (%)

DISCRIMINAÇÃO	VARIAÇÃO DO VAB 1990-00				ESTRUTURA FUNDIÁRIA 1995-96
	Primário	Secun- dário	Terciário	Total	Propriedades com até 20ha/Total
Médio Alto Uruguai.....	50,27	-27,45	29,97	44,43	81,06
Vale do Taquari.....	74,17	36,75	31,38	36,75	78,92
Fronteira Noroeste.....	27,97	91,28	11,45	37,74	76,34
Paranhana-Encosta da Serra.....	122,26	70,79	66,48	63,51	73,86
Vale do Rio Pardo.....	30,31	49,92	27,26	35,79	70,84
Hortênsias.....	50,83	-27,81	38,01	13,03	39,71
Média do Grupo 1.....	59,30	32,25	34,09	38,54	70,12
Desvio padrão do Grupo 1.....	32,05	45,60	16,57	14,83	13,99
CV do Grupo 1.....	0,54	1,41	0,49	0,38	0,20
Vale do Caí.....	-8,66	66,85	30,84	36,55	84,89
Norte.....	29,81	94,44	24,44	45,04	60,64
Nordeste.....	69,73	24,97	31,17	53,30	54,33
Noroeste Colonial.....	34,19	50,19	3,16	24,83	71,80
Serra.....	97,38	59,26	32,61	47,47	61,68
Alto Jacuí.....	7,61	1,99	6,74	12,85	49,03
Missões.....	-1,72	26,43	6,45	12,31	64,06
Central.....	13,20	-8,47	25,57	25,04	47,40
Produção.....	33,87	116,99	17,61	45,84	61,31
Centro-Sul.....	68,42	69,36	32,65	53,84	57,00
Média do Grupo 2.....	34,38	50,20	21,12	35,71	61,21
Desvio padrão do Grupo 2.....	32,74	37,57	11,17	15,06	10,42
CV do Grupo 2.....	0,95	0,75	0,53	0,42	0,17
Litoral.....	5,56	-81,46	58,25	-13,10	71,06
Vale do Rio dos Sinos.....	-20,97	49,49	30,63	36,52	65,59
Sul.....	19,29	6,89	14,67	14,04	51,16
Campanha.....	44,23	-5,37	9,50	18,03	33,08
Metropolitano Delta do Jacuí.....	-21,02	56,01	26,29	39,73	57,53
Fronteira Oeste.....	22,24	-32,76	18,37	14,01	27,34
Média do Grupo 3.....	8,22	-1,20	26,29	18,21	50,96
Desvio padrão do Grupo 3.....	23,56	47,19	15,92	17,39	16,02
CV do Grupo 3.....	2,87	-39,27	0,61	0,96	0,31
TOTAL DO RS (AGREGADO)....	31,17	42,99	24,97	33,70	62,50
Média dos 22 Coredes.....	34,04	31,29	26,07	31,71	60,85
Desvio padrão dos 22 Coredes	35,70	47,61	15,15	17,76	14,93
CV dos 22 Coredes.....	1,05	1,52	0,58	0,56	0,25

FONTE: FEE. Núcleo de Contabilidade Social.

CENSO DEMOGRÁFICO 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

CENSO AGROPECUÁRIO 1995/1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

3 - Um exercício a partir das taxas de desocupação dos Coredes

Evidenciada a forte heterogeneidade entre as regiões do Estado quanto a cada um dos indicadores analisados — bem como a ausência de padrões estáveis, ou imediatamente “coerentes”, de relacionamento entre as variáveis nos diferentes Coredes —, optou-se por testar uma forma mais sintética de abordar essa diversidade. Realizaram-se alguns exercícios de agrupamento de Coredes, buscando-se variáveis cujos valores, escalonados, pudessem, eventualmente, pôr em relevo contrastes expressivos nos demais indicadores estudados. Mesmo sem a pretensão de elaborar uma tipologia em sentido pleno, considerou-se que a constituição de um número menor de unidades de análise, a partir da composição de subconjuntos de regiões, poderia oferecer elementos úteis para a apreensão das diferenças entre os mercados de trabalho do Estado.

Um resultado potencialmente interessante foi obtido com o corte das regiões em estratos a partir da taxa de desocupação em 2000. Dada a distribuição efetiva desses valores nos 22 Coredes, arbitrou-se que o primeiro grupo seria composto por aqueles com taxa inferior a dois terços da taxa do agregado do Estado. O segundo incluiria as demais regiões com desocupação inferior à do Rio Grande do Sul, e o terceiro, aquelas em que as taxas superavam a do mercado de trabalho gaúcho em seu conjunto (Mapa 1). Apresentam-se, a seguir, as evidências produzidas por esse tratamento.

Seis regiões, no **Censo 2000**, apresentaram taxas de desocupação inferiores a dois terços da taxa estadual: Médio Alto Uruguai (5,7%), Vale do Taquari (6,2%), Fronteira Noroeste (7,3%), Paranhana (7,6%), Vale do Rio Pardo (7,7%) e Hortênsias (7,8%). Tomando-se esses mesmos seis Coredes — aqui tratados como Grupo 1 — e observando-se suas taxas de desocupação no **Censo 1991**, constata-se que, também naquele ano, esse subconjunto se diferenciava positivamente: sua taxa média era de 2,4% contra 3,4% do Rio Grande do Sul. Duas regiões, entretanto, apresentavam, naquele ano, situações desfavoráveis frente ao agregado do Estado: o Paranhana (4,2%) e Hortênsias (3,5%). As outras quatro integrariam, ainda naquele ano, o subconjunto dos seis Coredes com menores taxas de desocupação.

Em 2000, os seis Coredes do Grupo 1 abrigavam, em conjunto, apenas 14,2% da população gaúcha, caracterizando-se como regiões relativamente pouco expressivas demograficamente: cada qual detinha, em média, 2,4% do contingente populacional do Estado, enquanto, consideradas as 22 regiões, a média era de 4,5%. Desse estrato, a menor população era a do Hortênsias (1,2% do total do Estado), e a maior, a do Vale do Rio Pardo (4,1%).

Mapa 1

Grupos de Coredes conforme a taxa de desemprego — 2000



FONTE DOS DADOS BRUTOS: CENSO DEMOGRÁFICO 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

A variação populacional entre 1991 e 2000 foi, na média desse grupo, inferior à do Estado: 9,8% *versus* 11,4% respectivamente. Entretanto houve extraordinária dispersão no comportamento dessa variável: no Grupo 1, encontram-se a região com maior crescimento demográfico (Paranhana) e aquela com mais forte retração (Médio Alto Uruguai), considerados os 22 Coredes.

Nas regiões do Grupo 1, a predominância da população urbana na população total era menos acentuada relativamente ao padrão estadual. Em 2000, na média dos seis Coredes do Grupo, a taxa de urbanização atingia 65,0% — contra a média de 73,5% das 22 regiões ou os 81,6% do agregado do Rio Grande do Sul. O Corede Paranhana diferenciava-se nesse grupo, pois nele a população urbana atingia participação mais elevada (86,5%) do que no conjunto do Estado. Hortênsias, por sua vez, superava, nesse indicador, a média dos 22

Coredes, mas situava-se abaixo do agregado do Rio Grande do Sul. Por outro lado, três regiões do Grupo 1 — Médio Alto Uruguai, Vale do Rio Pardo e Fronteira Noroeste — eram, nessa ordem, as que mais elevados percentuais de população rural apresentavam, considerado todo o Estado, no ano 2000. Recuando-se para os dados de 1991, considerado o mesmo conjunto de seis regiões, observa-se um resultado semelhante, com um contraste ainda mais acentuado: no início da década passada, a população urbana, nesses Coredes, representava, em média, 56,2% da população total, enquanto o percentual no agregado do Estado era de 76,6% — uma diferença de 20 pontos percentuais.

O percentual de integrantes da População em Idade Ativa (PIA) economicamente ativos (taxa de participação) era significativamente superior ao do agregado do Estado, característica em que se verifica elevada homogeneidade entre as seis regiões do grupo. Em 2000, a taxa de participação média desse estrato era de 66,5% — contra os 62,0% da média das 22 regiões e os 61,2% do agregado do Estado —, e o coeficiente de variação no grupo era de apenas 0,04. Esse mesmo padrão se verifica quando tomados os dados de 1991: também naquele ano, as taxas de participação dessas seis regiões (média de 62,0%) eram bem superiores à do Rio Grande do Sul (56,6%) e mostravam muito pouca dispersão entre si (CV de 0,06).

Nos indicadores selecionados para abordar a posição na ocupação, observa-se, uma vez mais, que as médias do Grupo 1 se diferenciam significativamente dos resultados do agregado do Estado; por outro lado, Paranhana e Hortênsias voltam a destoar dentro desse grupo. Em 2000, a proporção de empregados no total dos ocupados era, na média do Grupo 1, de 52,3% — bem inferior aos 61,7% registrados no agregado do Rio Grande do Sul, ou aos 57,1% da média dos 22 Coredes. Os dois menores níveis de assalariamento de todo o Estado ocorriam em regiões do Grupo 1: Médio Alto Uruguai, com apenas 31,3% de empregados no total de ocupados, e Fronteira Noroeste, com 41,5%. Porém duas outras regiões desse mesmo conjunto apresentavam graus de assalariamento superiores ao do mercado gaúcho: o Paranhana, com 73,7%, e Hortênsias, com 67,1%. Observa-se que esses resultados são bastantes similares aos observáveis com os dados de 1991: já naquele ano, o percentual de empregados era bem menos expressivo nas seis regiões do Grupo, com as mesmas duas exceções.

Coerentemente com os menores níveis de assalariamento, quando se toma uma posição na ocupação tipicamente precária e de maior incidência na agropecuária — o trabalho não remunerado —, o Grupo 1 destaca-se por nela concentrar uma parcela considerável de seus trabalhadores ocupados. Enquanto, no Estado, esse contingente representava, em 2000, 7,0% do total de ocupados, sua participação média no Grupo 1 atingia magnitude duas vezes maior:

14,7%. Também nessa variável, a dispersão entre os Coredes do Grupo é elevada, e, uma vez mais, Paranhana e Hortênsias mostravam diferença qualitativa importante, por se encontrarem bem abaixo do patamar estadual, com 1,9% e 2,1%, respectivamente, de trabalhadores não remunerados entre seus ocupados. Da mesma forma que nos baixos níveis de assalariamento, aqui também o Médio Alto Uruguai e a Fronteira Noroeste são destaques estaduais, tendo os dois mais altos percentuais de trabalhadores não remunerados (29,6% e 24,3% respectivamente) dentre as 22 regiões gaúchas. O recuo a 1991 mostra um comportamento dessa variável bastante semelhante ao de 2000 nos Coredes do Grupo 1.

Quanto à distribuição setorial do conjunto de ocupados desse primeiro estrato comparativamente à do Rio Grande do Sul, observa-se que, em 2000, o conjunto das seis regiões em questão se destacava claramente pela participação que as atividades agropecuárias detinham no mercado de trabalho. O Setor Primário abrangia 35,4% da ocupação contra 20,1% no agregado do Rio Grande do Sul. No Grupo 1, o Terciário era o principal setor, do ponto de vista da ocupação, assim como no Estado, mas por uma diferença muito pequena frente à agropecuária. Sua participação na média das seis regiões situava-se bem abaixo da verificada no agregado do Estado (36,8% contra 55,5% respectivamente). Nas atividades industriais, o Grupo 1 superava o agregado do Estado, mas com um diferencial pouco expressivo: o Secundário abarcava 27,7% dos ocupados do grupo *versus* 24,4% no mercado gaúcho. Nesse aspecto relativo à distribuição setorial da ocupação, entretanto, a diferenciação dentre os Coredes do Grupo 1 é muito marcante, sendo especialmente recomendável a cautela com as evidências produzidas pelas médias aritméticas. Isso se expressa pelos consideráveis coeficientes de variação, especialmente nos Setores Primário e Secundário. Percebe-se, também, essa heterogeneidade a partir das posições relativas num ordenamento dos 22 Coredes: no Grupo 1, por exemplo, encontram-se tanto o Corede com maior participação do Setor Primário na ocupação (59,9% no Médio Alto Uruguai) quanto aquele que se situa na 20ª posição (9,2% no Paranhana). Quanto à participação do Secundário no total da ocupação, tanto o primeiro colocado (Paranhana, com 58,9%) quanto o último (Médio Alto Uruguai, com 10,2%) integram esse grupo. Da mesma forma que se verificou com outros indicadores, as estatísticas de 1991 já apresentavam padrão semelhante ao descrito para 2000, o que vale tanto para a distribuição setorial média quanto para a dispersão dos comportamentos dentro do Grupo 1. Registre-se, entretanto, que, no início da década passada, o Setor Primário ainda detinha a maior fatia da ocupação (41,2%) no subconjunto de regiões de que se está tratando. Em 2000, sua participação estava em virtual empate, porém um pouco abaixo, com o Terciário.

A análise da distribuição setorial dos VABs regionais em 2000 guarda semelhanças com o que se vem de observar quanto à estrutura da ocupação. Aqui também, tomada a média das seis regiões do Grupo, havia uma presença destacável da agropecuária na comparação com o agregado do Estado: 20,2 *versus* 11,9 respectivamente. Cabe observar que, se tomada a média dos 22 Coredes (20,6%) em lugar do dado do agregado do Estado, o diferencial do Grupo 1 quanto ao peso do Setor Primário no VAB era inexpressivo. No que tange ao peso do Secundário, a média desse conjunto de regiões (35,8%) ficava abaixo do patamar verificado no agregado do Rio Grande do Sul (41,0%), mas acima da média das 22 regiões gaúchas (28,8%). No Terciário, a média da região (43,9%) localizava-se abaixo das duas referências estaduais (47,1% no agregado; 50,6% na média de todos os Coredes). Da mesma forma que com o perfil setorial da ocupação, há forte heterogeneidade entre os Coredes do grupo, uma vez mais polarizados entre um Médio Alto Uruguai altamente agrário (tendo 43,3% de seu VAB no Setor Primário) e um Paranhana eminentemente industrial (60,9% de seu VAB no Secundário).

Quanto à variação dos VABs regionais, entre 1990 e 2000, o Grupo 1 teve, na média, elevação de 38,5%, desempenho superior ao do agregado do Estado (33,7%) e ao da média das 22 regiões (31,7%). O Corede com mais pronunciado crescimento dentre os 22 foi o Paranhana (63,5%), integrante desse conjunto de regiões, no qual, entretanto, também se encontrava Hortênsias, cujo VAB se elevou apenas 13,0% na década. As outras quatro regiões do Grupo 1 tiveram melhor performance do que o Estado no que tange ao produto.

Um último elemento de que se lança mão com o objetivo de caracterizar o grupo das regiões com mais baixas taxas de desocupação é a estrutura fundiária. Tendo-se presente o peso relativamente mais elevado de que a agropecuária desfruta, seja no VAB, seja na ocupação, no conjunto dessas seis regiões, ganha relevo o dado de que, na média do grupo, as pequenas propriedades rurais detêm participação destacável na estrutura fundiária. Tomando-se como medida aproximativa desta o percentual de propriedades com até 20 hectares no total de estabelecimentos rurais, constata-se que o Grupo 1 atingia, na média, patamar bem mais elevado (70,1%) do que o agregado do Rio Grande do Sul (62,5%) ou a média dos 22 Coredes (60,8%). Apenas Hortênsias apresentava perfil bastante discrepante, com apenas 39,7% de suas propriedades rurais nesse intervalo de extensão. Das demais, o percentual mínimo era 70,8% no Vale do Rio Pardo, atingindo o máximo no Médio Alto Uruguai (81,1%). Consideradas as 22 regiões do Estado, os quatro destaques quanto ao percentual de estabelecimentos com até 20 hectares eram regiões do Grupo 1: Paranhana (73,9%), Fronteira Noroeste (76,3%), Vale do Taquari (78,9%) e o já referido Médio Alto Uruguai (81,1%).

As evidências mais consistentes relativas a esse primeiro agrupamento de Coredes indicam que as regiões que, em 2000, tinham taxas de desocupação mais baixas se caracterizavam por deterem parcelas relativamente pequenas da população gaúcha, serem menos urbanizadas do que o padrão estadual, apresentarem participação relativamente mais elevada da agropecuária tanto no VAB quanto na ocupação regional, ostentarem menores níveis de assalariamento nos seus universos de ocupados e percentuais mais elevados de trabalho não remunerado, possuírem maior presença dos pequenos estabelecimentos rurais (até 20 hectares) em suas estruturas fundiárias e, por fim, terem tido evolução um pouco mais favorável do VAB na década. Destaque-se que, dos seis Coredes do Grupo, dois se configuraram, em boa parte desses indicadores, como exceções: Paranhana e Hortênsias.

O Grupo 2, composto pelas regiões que apresentaram, em 2000, taxas de desemprego intermediárias, tendeu a apresentar, também, em vários dos outros indicadores analisados, comportamentos “a meio caminho” entre os verificados no Grupo 1 e no Grupo 3. Por esse motivo, considerou-se que contribuiria para a fluência da análise abordar primeiramente os “extremos”, razão pela qual se passa a caracterizar os resultados levantados para as regiões com mais altos níveis de desocupação.

O Grupo 3 — composto, como o Grupo 1, por seis regiões — abrangia, conjuntamente, um percentual muito mais elevado da população estadual: a maioria (52,4%) dos gaúchos vivia nesses Coredes em que o patamar de desocupação superava o do agregado do Rio Grande do Sul. As três regiões mais populosas encontravam-se nesse grupo, concentrando 42,1% dos habitantes do Estado: Metropolitano Delta do Jacuí (22,2% do contingente populacional gaúcho e taxa de desocupação de 15,8%); Vale do Rio dos Sinos (11,7% e 13,7% respectivamente) e Sul (8,2% e 15,0%). As outras três regiões eram Fronteira Oeste, Litoral e Campanha. Em média, cada uma das seis regiões do Grupo correspondia a 8,7% dos habitantes do Rio Grande do Sul em 2000. A taxa de desocupação média, por sua vez, atingia 14,9%, em contraste com os 12,2% do agregado estadual e com os 10,5% da média dos 22 Coredes.

Todas as regiões do Grupo 3 ostentavam, já em 1991, taxas de desocupação superiores à do Estado, atingindo, à época, uma média de 4,6%, bem acima dos 3,4% do agregado do Rio Grande do Sul. Ademais, tiveram crescimento demográfico mais acentuado na década, tendo acumulado, em média, 14,2% de variação populacional, bem mais do que os 11,4% do agregado do Estado ou os 9,8% da média das 22 regiões. Cabe ressaltar que, entre os Coredes do estrato, não houve homogeneidade nesse indicador: três deles se caracterizaram claramente como zonas de atração populacional (Litoral, com 28,5% de crescimento

demográfico; Vale do Rio dos Sinos, com 17,2%; Metropolitano Delta do Jacuí, com 15,1%), enquanto, nos outros três, a variação ficou entre 6,2% na Campanha e 9,5% no Sul.

No Grupo 3, a taxa de urbanização mostrou-se bem mais acentuada do que no Estado, atingindo, em média, 86,2%. Dos 22 Coredes, os três mais urbanos — Vale do Sinos, Metropolitano e Fronteira Oeste — integravam esse grupo de regiões de mais altas taxas de desocupação. Litoral e Campanha, por sua vez, tinham patamares de urbanização inferiores ao do agregado do Estado (81,6%), porém superiores à média de suas 22 regiões (73,5%).

As taxas de participação no Grupo 3 eram inferiores às do mercado gaúcho: na média dessas regiões, 57,8% da PIA integravam a População Economicamente Ativa (PEA), contra 61,2% do agregado estadual e 62,0% da média dos 22 Coredes. Apenas no Vale do Sinos a taxa de participação superava, levemente, a do Rio Grande do Sul. Esse diferencial das seis regiões do Grupo 3 já se fazia notar nos dados de 1991.

De forma oposta, novamente, ao que se observou quanto ao Grupo 1, o Grupo 3, na comparação com o agregado do Estado, apresentava percentual mais elevado de empregados, no conjunto dos trabalhadores ocupados: 66,2% na média de suas seis regiões. O Litoral e o Sul apresentavam os patamares mínimos do Grupo (57,4% e 57,7% respectivamente), situando-se abaixo do agregado gaúcho (61,7%) e muito próximos à média dos 22 Coredes (57,1%). Esse maior nível de assalariamento nas regiões do Grupo 3 é verificável também em 1991, observando-se que, àquela época, o diferencial era um pouco mais intenso.

Por outro lado, as seis regiões em questão tinham, na média, proporção muito inferior de seus ocupados na condição de trabalhadores não remunerados: o percentual (3,2%) era menos da metade do verificado no agregado do Rio Grande do Sul (7,0%) e correspondia à terça parte da média dos 22 Coredes (9,7%). No Corede Sul, em que essa categoria de posição na ocupação atingia sua participação máxima no Grupo 3, o percentual igualava-se ao do Estado em seu conjunto.

A distribuição setorial da ocupação mostra que, na média das regiões do Grupo 3, o Setor Primário era bem menos expressivo do que no agregado do Estado (13,7% contra 20,1%). Esse resultado era muito influenciado pelos Coredes Vale do Sinos e Metropolitano, nos quais o trabalho na agropecuária não atingia sequer 2% de participação. Das demais regiões, apenas o Sul, com 24,5% de seus ocupados nos Setor Primário, ultrapassava o conjunto do Estado; as outras três, entretanto, não se distanciavam fortemente dessa referência. Se, ao invés do agregado do Estado, for considerada a média das 22 regiões — onde o trabalho agropecuário chegava a uma participação de 28,0% —, reforça-se a

característica dos mercados de trabalho do Grupo 3 como significativamente menos primários. Quanto ao Secundário, a participação média desse setor na ocupação total era, no Grupo 3, de 22,9%, pouco distante da observada no agregado do Estado (24,4%) ou na média das 22 regiões gaúchas (23,3%), cabendo observar que, nesse indicador, havia bastante diversidade interna ao Grupo. O setor que se destacava no estrato de Coredes em questão era o Terciário, que concentrava, em média, 63,3% dos postos de trabalho contra 55,5% no agregado do Estado. Aqui, o coeficiente de variação entre as regiões do Grupo 3 é o mais baixo dos três setores. Praticamente o mesmo padrão de distribuição setorial da ocupação nesse estrato de regiões pode ser observado quando se recuam os dados para 1991.

Quando se passa à estrutura do VAB, os contrastes são um pouco diversos: o Grupo 3, nesse caso, mostra diferencial negativo no Secundário (30,3% de participação do setor na média do estrato *versus* 41,0% no agregado do Estado), enquanto, no Setor Primário, há certa paridade (13,4% e 12,0% respectivamente). O Terciário é, por sua vez — repetindo-se o comportamento da distribuição da ocupação —, ainda mais proeminente no Grupo 3 do que no Rio Grande do Sul (média de 56,3% contra 47,1%). Este último setor é aquele em que se observa menor dispersão das participações entre as regiões do Grupo. Nos demais, há marcante heterogeneidade.

Também pouco convergente nos Coredes do Grupo 3 foi a evolução do VAB total na década (1990-00): oscilando de -13,1% no Litoral a 39,7% no Metropolitano, esse indicador mostrou CV quase igual a 1. Ainda assim, cabe observar que a variação média do VAB das seis regiões foi de 18,2%, muito inferior aos 33,7% do Estado ou à média de 31,7% dos 22 Coredes.

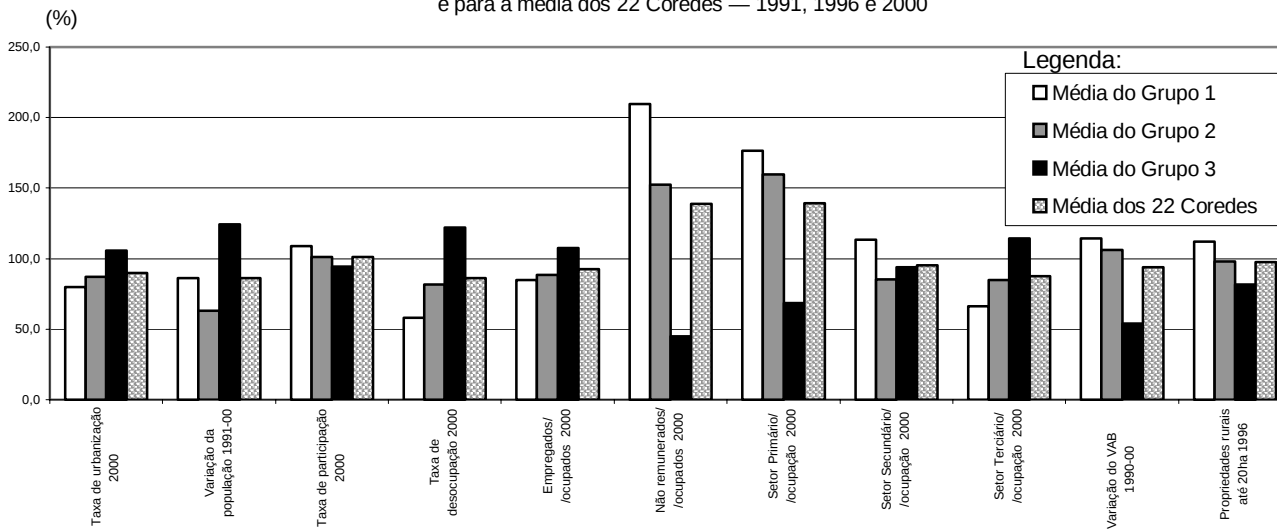
Por fim, as regiões desse estrato de mais altas taxas de desocupação mostraram percentual bem inferior de propriedades com até 20 hectares no universo de estabelecimentos rurais. Na média do Grupo 3, esse intervalo de extensão correspondia a 51,0%, patamar bem inferior aos 62,5% observados no Estado ou aos 60,8% da média dos 22 Coredes.

Os traços que sobressaem dessa caracterização das regiões gaúchas com mais altas taxas de desocupação revelam-se, em muitos pontos, o inverso simétrico do perfil do Grupo 1, composto pelos Coredes menos afetados pelo desemprego: são relativamente mais populosas, mais urbanizadas, tiveram crescimento demográfico mais intenso, destacam-se por uma economia e um perfil da ocupação mais fortemente terciários, detêm parcelas mais elevadas de seus ocupados na condição de assalariados e níveis muito inferiores de trabalho não remunerado, têm menor peso dos minifúndios em suas estruturas fundiárias e tiveram um crescimento mais discreto do VAB na década.

Essa idéia de “polaridade” entre os Grupos 1 e 3 fica reforçada quando se observa que, tomadas suas médias, as regiões do Grupo 2 se posicionaram, em muitos indicadores analisados, em situação intermediária frente a eles (Gráfico 1). Esse foi o caso da participação no total da população gaúcha, no grau de urbanização, na variação da população total, na taxa de participação, no percentual de empregados sobre o total de ocupados, no percentual de não-remunerados no total de ocupados, na participação da agropecuária no total da ocupação, na participação do Terciário no total da ocupação, na variação do VAB total na década e no percentual de minifúndios sobre o total dos estabelecimentos rurais.

Gráfico 1

Índice de participação percentual de indicadores selecionados para os grupos de Coredes
e para a média dos 22 Coredes — 1991, 1996 e 2000



NOTA: Agregado do RS = 100.

FONTE: FEE. Núcleo de Contabilidade Social.

CENSO AGROPECUÁRIO 1995/1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

CENSO DEMOGRÁFICO 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

4 - Conclusão

O exercício, aqui realizado, de sistematizar, tomando-se os Coredes como unidade territorial, alguns indicadores relativos aos mercados de trabalho reafirma a marcante diversidade socioeconômica entre as regiões do Rio Grande do Sul. Em que pese a restrita compatibilidade dos resultados dos **Censos 1991 e 2000**, devido às mudanças metodológicas referidas, uma primeira evidência a ser destacada deriva da comparação entre eles: a dinâmica demográfica dos Coredes, na década passada, foi amplamente diferenciada. Quatro Coredes tiveram variação negativa de suas populações, enquanto outros superaram largamente o crescimento demográfico do Estado (11,4%), chegando, em dois casos, a percentuais próximos a 30%. A acomodação da população no território gaúcho é tanto uma manifestação quanto um condicionante da heterogeneidade das dinâmicas regionais.

A esse primeiro elemento conjugam-se inúmeros fatores de diferenciação, tendo sido, aqui, observados os níveis de urbanização, as estruturas setoriais da ocupação e do VAB das regiões, a variação deste último na década, a parcela da População em Idade Ativa que é economicamente ativa, os percentuais de assalariados e de trabalhadores não remunerados no total de ocupados e, com especial ênfase, a taxa de desocupação. Este último indicador é comumente tomado como expressão sintética das condições gerais do mercado de trabalho.

É, seguramente, justificável essa atenção especial à taxa de desocupação, na medida em que mensura uma situação limite entre as formas precárias de inserção (ou, no caso, de exclusão) no mercado de trabalho, sobretudo quando se considera que, utilizando-se os dados do **Censo**, se está medindo apenas o desemprego aberto. Por essa razão, tomou-se a taxa de desocupação como suporte para um exercício analítico em que se buscava verificar se era possível constituir subgrupos de Coredes com características razoavelmente homogêneas e comportamentos com certo grau de coerência nas diferentes variáveis analisadas. Embora com graus elevados de dispersão em muitos desses indicadores entre as regiões de um mesmo grupo, o tratamento com as médias aritméticas gerou resultados que se podem considerar expressivos. Na comparação com o padrão do Estado — observado tanto no agregado (que corresponderia à média ponderada) quanto na média aritmética dos 22 Coredes —, o grupo de regiões com menores taxas de desocupação em 2000 demonstrou-se menos urbanizado, com maior participação da agropecuária na estrutura da ocupação e na geração do VAB; ostentou mais altas taxas de participação da PIA, menores níveis de assalariamento e forte presença do trabalho não remunerado, além de uma pre-

sença ainda mais destacável das pequenas propriedades (até 20 hectares) na estrutura fundiária; e apresentou, nos anos 90, taxas inferiores no crescimento populacional e superiores na evolução do VAB. Já as regiões com mais altas taxas de desocupação apresentaram contrastes em sentido oposto, relativamente ao conjunto do Rio Grande do Sul, nos mesmos indicadores acima mencionados, enquanto, de modo geral, os resultados do subgrupo de regiões com taxas intermediárias de desocupação se situaram, também, entre os dos outros dois conjuntos de Coredes. Assim, esse tratamento dos dados aponta que é possível se delinearem algumas características mais gerais dos mercados regionais de trabalho do Estado organizando-se seus indicadores a partir das taxas de desocupação.

Essa constatação, entretanto, não deve obscurecer a pluralidade de características discrepantes de Coredes de um mesmo subgrupo, tampouco a insuficiência dessas indicações para estabelecer regularidades sólidas na conformação e na dinâmica dos mercados de trabalho dessas regiões. O tratamento estatístico deve ser compreendido como elemento de suporte para investigações que contemplem o que de histórico e irredutível cada formação social porta e expressa em seu mercado de trabalho, o que o NET-FEE vem buscando contemplar no projeto anteriormente referido.

Nesse sentido, a própria centralidade da taxa de desemprego como expressão da “qualidade” dos mercados de trabalho merece relativização. Os elevados percentuais de trabalhadores não remunerados ou a dinâmica demográfica tendencialmente expulsora de mão-de-obra nas regiões com menores taxas de desocupação estão a indicar que é preciso compreender a articulação dos diferentes indicadores disponíveis na coerência que adquirem em cada contexto específico.

Referências

BASTOS, Raul Luís A. Produto e emprego nas regiões do Rio Grande do Sul, nos anos 90: uma abordagem exploratória dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 29, n. 4, p. 245-271, 2002.

CENSO AGROPECUÁRIO 1995-1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

CENSO DEMOGRÁFICO 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

STERNBERG, Sheila S. Wagner; JORNADA, Maria Isabel H. da; XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. O emprego formal no RS, nos anos 90: diferenciais na retração. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 27, n. 4, p. 209-248, 2000.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. et al. Mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, nos anos 90. In: FLIGENSPAN, Flávio (Org.). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. Os mercados de trabalho do RS: a diversidade regional em uma primeira aproximação. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 30, n. 1, p. 103-123, 2002.